

# Perguntas ao Ministério da Defesa

» CRISTOVAM BUARQUE  
Professor emérito da Universidade de Brasília (UnB)

Depois de 11 eleições, tudo indica que o sistema de urnas eletrônicas é incorruptível e exemplo do Brasil ao mundo. Por isso, fica estranho nossas Forças Armadas levantarem suspeitas, com perguntas sobre as urnas, exatamente no ano da eleição em que as pesquisas de opinião indicam a derrota do atual presidente.

Sabendo-se que ele vem cumprindo estratégia para deslegitimar o resultado para justificar um golpe, mas, supondo que o desejo de nossas Forças Armadas seja aperfeiçoar o sistema eleitoral, também me sinto no direito de fazer perguntas sobre o estado de nossa Defesa.

Da mesma forma que o TSE criou uma comissão com representantes externos para discutir possíveis fragilidades das nossas urnas na construção de nossa democracia, posso me imaginar parte de uma comissão instituída pelas Forças Armadas para ouvir civis com perguntas sobre fragilidades das nossas armas para fazer nossa defesa.

Apesar de minha experiência limitada a alguns meses como recruta no serviço militar e sete anos como membro da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, um dos quais como seu presidente, sou tão especialista nesse campo quanto os generais são em apuração de votos. Mesmo assim, sinto-me na obrigação de fazer perguntas sobre nossa defesa.

1) A demora para vacinar a população após o desenvolvimento das vacinas teve algum impacto negativo na garantia de nossa defesa?

2) Faz sentido dizer que o poder das nossas Forças Armadas dependa de imagem de respeito às instituições democráticas? Não enfraquece nossa defesa o comprometimento partidário de nossas Forças Armadas e seus oficiais, formando um governo que não vem conduzindo o Brasil com eficiência, justiça e sustentabilidade?

3) A destruição sistemática em escala catastrófica de nossa Amazônia não é um ultraje a nossas Forças Armadas, enfraquecendo sua credibilidade? O que enfraquece mais nossa defesa: a percepção de que nossas Forças Armadas não tinham informações sobre as falhas de nossas urnas, a descoberta de que sabiam e ficaram omissas durante os 24 anos das 11 eleições com urnas eletrônicas, ou o sentimento de que elas sabem que as urnas são confiáveis, mas

aceitaram ser peça manipulada pelo presidente da República no jogo da política para se manter no poder, se for derrotado?

4) No tempo em que a grande arma da guerra está no conhecimento, o abandono das universidades e institutos de pesquisas na ciência, tecnologia, inovação e cultura não enfraquece nosso poder em caso de guerra formal e não deixa nossas fronteiras vulneráveis aos inimigos, aos traficantes e outros criminosos?

5) A persistência da pobreza que afeta metade de nossa população, devido à estagnação econômica e à concentração de renda, é um fator de enfraquecimento de nossa defesa?

6) Enfraquece nossa defesa o fato de só aproveitarmos o talento de uma parte de nossas crianças, deixando para trás aquelas cujas famílias não podem comprar educação? O fato de grande parte de nossa população adulta ser incapaz de usar as ferramentas e entender as lógicas e a geopolítica do mundo moderno pode enfraquecer nossa defesa? Enfraquece de alguma forma nossa defesa a tragédia de termos 12 milhões de adultos analfabetos, que nem ao menos

conhecem a bandeira, por não saberem ler o lema Ordem e Progresso?

7) O Brasil está preparado para enfrentar exércitos mercenários que se espalham pelo país sob a forma de milícias e de empresas privadas de segurança?

8) O armamentismo da população civil não enfraquece e desmoraliza nossos soldados e policiais?

9) O fato de estarem participando da criação do clima de desconfiança sobre o resultado das urnas não enfraquece a credibilidade de nossas Forças Armadas e, em consequência, sua capacidade para nossa defesa? O que contaminará mais a credibilidade de nossas Forças Armadas: a imagem atual de que faz parte de uma estratégia golpista, ou recuar no futuro e passar a imagem de impotência diante das nossas forças desarmadas, dos juízes e políticos?

10) Depois de 33 anos de democracia, não seria do interesse da nossa defesa que nossas Forças Armadas continuassem com o comportamento profissional exemplar que vinham tendo, deixando que nossos políticos civis e nossos juízes togados cuidem do processo eleitoral, como prevê nossa Constituição?



## Ajustar a previdência para voltar a crescer

» RAUL VELLOSO  
Economista

Na década de janeiro de 2004 a dezembro de 2013, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro crescia em média a 3,9% ao ano, após longo período em que as altas taxas dos anos setenta caíam sistematicamente em nosso país. Na sequência, do início de 2014 até há pouco, em um período de cerca de 8 anos, a taxa média desabou, com queda de 0,6% ao ano, tendo-se a sensação de que, hoje, novo governo se formando à frente, as forças políticas se vêm sem qualquer ideia bem concebida sobre o que fazer para o Brasil voltar a crescer a taxas razoáveis pelos nossos padrões.

Nesse contexto, tenho insistido na tese de que o país não voltará a crescer a taxas elevadas se não encontrar os caminhos para investir bem mais em infraestrutura, seja no setor público, seja no setor privado. Pasmem, entre o final dos anos oitenta e 2018, enquanto as inversões privadas nesse setor eram, em média, de 1,2% do PIB anual, as públicas desabaram sete vezes, quando medidas em percentual do PIB, e, com elas, despencou o próprio crescimento econômico. E, para ficar seguro sobre o que tenho dito, carregue sempre comigo um gráfico que mostra duas linhas praticamente coladas, uma para o investimento total em infraestrutura e, outra, para a taxa de crescimento do PIB. Cai uma, logo cairá a outra.

Como explicar a queda dos investimentos que se observa igualmente em todas as esferas de governo e identificá-la como a tendência a se inverter primordialmente? Basicamente, porque é o item menos rígido dos orçamentos e, assim, com as pressões para fazer ajuste fiscal que vieram se formando à medida que os deficits públicos por vários motivos subiam (assunto para outra coluna),

os investimentos acabaram se tornando o item que pesa menos no total. É curioso que, depois de se ter criado esse famigerado “teto dos gastos”, instrumento de contenção que deveria ser aplicado ao conjunto dos itens igualmente, e tido ainda hoje por muitos como salvação da pátria, não se parece ter percebido que 95% do total já eram compostos de gastos obrigatórios legalmente, praticamente impossíveis de ajustar a não ser a longo prazo.

Se boa parte da saída é desafiar as prioridades de gasto público hoje estabelecidas, destinando menos recursos a despesas correntes, qual deveria ser o item do gasto obrigatório a prioritariamente ajustar? Simples: exatamente onde predominam as maiores injustiças sociais, ou seja, as supergenerosas aposentadorias e pensões do setor público, que, aliás, têm crescido absurdamente nas últimas décadas.

Aqui vale a pena citar o exemplo concreto do estado do Rio de Janeiro como um caso a estudar e acompanhar, tirando o máximo possível de lições. Ainda que premiado pela nova receita pública derivada do petróleo, o Rio é, de longe, o estado em situação financeira mais delicada do país. A dívida pública estadual e obviamente seu serviço são muito altos; os gastos previdenciários dispararam acima da média nacional; e, por último, em consequência disso, os investimentos públicos em infraestrutura vêm caindo bastante, minando as possibilidades de crescimento do estado que sejam oriundas das próprias ações.

Com base em 2020, o grosso da dívida é com a União, e corresponde a 3,2 vezes a receita corrente líquida fluminense, sendo esse o maior valor da série disponível. Os políticos locais reclamam do fato de o estado ter de se enquadrar no

Programa de Recuperação Fiscal (PRF), algo que alivia de um lado, mas aperta do outro.

Os altos gastos previdenciários são devidos a questões demográficas ou mera decorrência do que ocorre com os costumeiramente crescentes pagamentos aos ativos. Entre 2007 e 2017, e em termos reais, os gastos previdenciários do Rio cresceram absurdos 162,4%, enquanto a média estadual subia bem menos: 87,4%. Em contraste, o PIB real global, nesse mesmo período, acumulava queda de 6,6%. Ou seja, como é a arrecadação que, em decorrência da evolução do PIB, cria o combustível natural para financiar quaisquer gastos, tem existido uma completa incompatibilidade entre as trajetórias da receita e da despesa.

Pior que isso, se nada for feito além de soluções pontuais, e com base nos estudos atuariais disponíveis, os crescentes gastos previdenciários acabarão provocando, em breve, a zeragem do espaço para investir no orçamento do Rio, investimentos esses que já desabaram, em termos reais, de R\$ 10,5 bilhões, em 2013-14, para R\$ 1,1 bilhão em 2019-20, a preços de 2020. Estou refazendo minhas projeções para, em breve, divulgar o ano mais provável dessa iminente zeragem, caso nada se faça para evitá-la.

Conforme acima sinalizado, parte da salvação da crise fluminense está vindo do aumento da receita média com royalties, que, a preços de 2020, haviam desabado de R\$ 6,3 ao ano entre 2007 e 2014, para R\$ 2 bilhões médios em 2015-16 e, ao final, tinham subido para a média de R\$ 9,5 bilhões, entre 2017 e 2020. Só que, como há pouco a fazer nessa área a menos de suavizar a curva de receita respectiva, há muito o que fazer em matéria de reforma previdenciária, entre outras ações correlatas.

## LGBTFobia: crime e política de governo

» FÁBIO FÉLIX  
Deputado distrital

A política do ódio de Bolsonaro acionou diversos gatilhos de violência, como uma autorização ao preconceito e ao desprezo que muitos escondiam. Por isso, a decisão do STF, segundo a qual a lei que criminaliza o racismo também protege a comunidade LGBTQIA+, foi tão importante: demarcou, com firmeza, que discriminar pessoas por orientação sexual ou identidade de gênero está fora do campo tolerável. Mas, assim como o racismo persiste há décadas desde sua criminalização, a decisão não acabou com a opressão contra as pessoas LGBTQIA+. A partir do Planalto, a homofobia hoje é diretriz de política do governo federal.

Primeiro, impediram qualquer produção cultural que tivesse por conteúdo o retrato de pessoas LGBTQIA+ ou fossem voltadas a esse público. Por decisão de Bolsonaro, trabalhadores e trabalhadoras da cultura perderam oportunidades profissionais simplesmente por serem quem são. Um edital do Ministério da Cultura que selecionaria produções nacionais de séries em 2019 foi cancelado, declaradamente pelo fato de ser voltado para esse público. O secretário de Cultura de então foi exonerado, assim como o diretor de marketing do Banco do Brasil, demitido em razão de uma publicidade do banco voltada para o público jovem e pessoas LGBTQIA+. O setor cultural, fonte de emprego e renda para muitas LGBTQIA+, sufocou.

O desmonte da saúde pública que Bolsonaro promoveu atingiu, também, políticas muito importantes para as LGBTQIA+. O programa brasileiro de combate ao HIV/Aids, premiado internacionalmente, foi um dos mais atingidos. Todas as campanhas de comunicação do Ministério de Saúde sobre o tema, que serviam como referência para estados e municípios, foram canceladas. Bolsonaro já disse que “a pessoa [com HIV] vive na vida mundana, depois vai querer cobrar do poder público um tratamento que é caro”, e que quem vive com HIV é um problema pra sociedade, pois é “uma despesa”.

O vírus HIV não escolhe os hospedeiros por orientação sexual ou identidade de gênero, mas a falta de campanhas voltadas diretamente para as LGBTQIA+ nos deixa mais vulneráveis ao estigma que o vírus ainda faz recair especialmente sobre essa comunidade. Durante a pandemia, o presidente reforçou o estigma da doença para desincentivar a população a se vacinar, mentindo que havia estudos a indicar que as vacinas provocavam Aids. Mesmo com o tratamento altamente eficaz, seguro e confortável, disponível há décadas no SUS, a Aids continua matando.

Mas é na educação que a LGBTFobia transformada em política pública tem impactos mais nocivos. Bolsonaro estimula os preconceitos e reforça a ilusão de que seria possível, à força, “curar” a homossexualidade ou transgeneridade. Paranoico, tenta sufocar do espaço escolar qualquer referência à sexualidade ou aos papéis de gênero. Até hoje não se sabe qual política pública para expandir o acesso e a qualidade da educação brasileira foi proposta pelo fugitivo então ministro Abraham Weintraub, mas cansamos de ouvir seu compromisso com o combate a “Paulo Freire e kit gay”.

Sucessor de Weintraub — o pastor que anda armado — Milton Ribeiro disse que adolescentes “optam” pelo homossexualismo porque vêm de “famílias desajustadas”. De tão repulsiva, a frase obrigou até o procurador-geral da República, Augusto Aras, conhecido pela complacência com o alto escalão do governo federal, a reagir, com uma denúncia ao STF por homofobia.

É óbvio, mas importante afirmar: crianças e adolescentes LGBTQIA+, ainda que sejam incapazes de nomear seus afetos, sabem que são diferentes. Via de regra, a primeira injúria ou agressão física homofóbica acontece antes que essa compreensão seja possível. É preciso enfrentar os preconceitos com informação, inclusive sobre sexualidade humana e os papéis sociais de gênero, especialmente nas escolas. Não só para que se tornem espaços menos violentos para as LGBTQIA+, mas para que a educação capacite todas as crianças e adolescentes a compreender e respeitar a si mesmos e aos outros.

Nas vitas que fiz às escolas da rede pública do DF, vi que as estudantes LGBTQIA+, mesmo sofrendo violências e preconceitos, estão convictas a não voltar pro armário. Negociar nossas existências não é uma opção. Por isso, derrotar Bolsonaro nas urnas este ano é questão de sobrevivência, e o primeiro passo para que ele responda por seus crimes contra a população brasileira e contra nós LGBTQIAs.